



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional
Criminal e da Execução Penal

BOLETIM

INFORMATIVO

✉ cao.criminal@mpmt.mp.br

Cuiabá/MT, 03 de outubro de 2021

Edição nº 6



Informativo Criminal



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO



SUMÁRIO

- ➊ **Novidades Legislativas**
- ➋ **Tribunais Superiores**
- ➌ **Conselhos Nacionais**
- ➍ **Atuação do Ministério Público de Estado de Mato Grosso e de Outros Ministérios Públicos**
- ➎ **Atuação do Tribunal de Justiça de Estado de Mato Grosso e de Outros Tribunais de Justiça**
- ➏ **Informativos**
- ➐ **Artigos e Publicações do MPMT**

EQUIPE

Josane Fátima de Carvalho Guariente – Promotora de Justiça e Coordenadora
Ludmilla Evelin de Faria Sant'Ana Cardoso – Promotora de Justiça e Coordenadora Adjunta
Arivaldo Guimarães da Costa Junior – Promotor de Justiça e Colaborador do CAO
Natacha de Souza Ayes – Assistente Ministerial
Amanda Freire de Amorim – Auxiliar Ministerial
Patrycia Metelo Vecchiato – Auxiliar Ministerial



Novidades Legislativas

PL nº 2745/2021

Altera o Decreto-Lei nº 2.848/40 - Código Penal, para tipificar a conduta de divulgar ou propalar, por qualquer meio ou forma, informações falsas sobre as vacinas.

=> [Clique aqui](#)

PL nº 2426/2021

Altera o Decreto-Lei nº 2.848/40 - Código Penal para aumentar as penas dos crimes previstos no § 1 do art. 301 e caput do art. 302, praticados com o fim de obter vantagem ou benefício legal concedidos em ocasião de enfrentamento a epidemia.

=> [Clique aqui](#)

PL nº 2665/2021

Altera o Decreto-Lei nº 2.848/40 - Código Penal, para criar o crime de homicídio na direção de veículo automotor qualificado pela embriaguez ou uso de droga psicoativa.

=> [Clique aqui](#)

PL 2352/2021

Altera o Decreto-Lei nº 1001/69 - Código Penal Militar, para modificar o tipo penal de ato libidinoso e para incluir como circunstância agravante a discriminação por orientação sexual entre outras.

=> [Clique aqui](#)

PL nº 2548/2021

Altera o art.349-A do Decreto-Lei 2.848/40 - Código Penal para criminalizar o ingresso de cartão SIM e demais componentes essenciais de aparelho telefônico de comunicação móvel, rádio ou similar.

=> [Clique aqui](#)

PLC nº 114/2021

Altera a Lei Complementar nº114/21, para incluir como hipótese de inelegibilidade a condenação pelo Tribunal Penal Internacional.

=> [Clique aqui](#)





Tribunais Superiores

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- STF discutirá competência do STJ para julgar desembargador estadual em caso de crime comum. [Clique aqui](#)
- Ministro Gilmar Mendes mantém prisão preventiva de acusado de “estelionato sentimental”. [Clique aqui](#)
- Ministro Alexandre de Moraes altera regime inicial para condenados por furto de máquina e bicicleta. [Clique aqui](#)
- Ministro mantém prisão de acusado de liderar grupo investigado por chacina no Ceará. [Clique aqui](#)
- Ministro revoga prisão preventiva de condenado a cumprir a pena em regime semiaberto. [Clique aqui](#)
- Ministro nega trâmite a HC de acusado de fraudar contas bancárias em Recife (PE). [Clique aqui](#)
- Ministro Alexandre de Moraes mantém prisão de denunciado por golpes milionários na internet. [Clique aqui](#)





Tribunais Superiores

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- STJ assina acordo com CNJ para aderir ao Programa Justiça 4.0. [Clique aqui](#)
- Cabe à Justiça Federal julgar crime de esbulho possessório de imóvel financiado pelo Minha Casa Minha Vida. [Clique aqui](#)
- Condenação definitiva não considerada para reincidência só pode ser valorada como antecedente. [Clique aqui](#)
- Existência de inquérito ou ação penal não implica eliminação em concurso. [Clique aqui](#)
- Substituição da pena por homicídio ao volante, antes da Lei 14.071/2020, não pode ser afastada sem motivação concreta. [Clique aqui](#)
- Presidente do STJ afasta prisão que não respeitou entendimento do STF sobre presunção de inocência. [Clique aqui](#)
- Quarta Turma volta a discutir violação à honra em programa sobre Chacina da Candelária após decisão do STF sobre direito ao esquecimento. [Clique aqui](#)





Conselhos Nacionais

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- Conselheira propõe uso de sistema de gravação de atendimentos, oitivas e audiências realizadas pelo Ministério Público. [Clique aqui](#)
- Corregedor nacional do MP apresenta proposta para adequar resolução à lei do “Pacote Anticrime”. [Clique aqui](#)
- CNMP referenda resolução sobre retomada de envio de formulários de inspeções e visitas do MP a estabelecimentos penais e policiais. [Clique aqui](#)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

- Comitê apresenta plano pedagógico para orientar formação em Justiça Restaurativa. [Clique aqui](#)
- CNJ lança Manual de Arquitetura Judiciária para Audiência de Custódia. [Clique aqui](#)
- Judiciário passa a contar com Sistema de Integridade para o combate à corrupção. [Clique aqui](#)
- Cooperação interinstitucional pode aperfeiçoar transferências de presos. [Clique aqui](#)





Atuação do Ministério Público de Estado de Mato Grosso

Ministério Público do Estado de Mato Grosso

- **Membros do MPMT participam de curso sobre Depoimento Especial.**
[Clique aqui](#)

A oitiva de crianças e adolescentes pelas técnicas de Escuta Especializada e Depoimento Especial é uma exigência da Lei 13.431/17. A referida norma estabeleceu uma nova sistemática para atendimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, sob duplo aspecto: protetivo, evitando a revitimização com múltiplas entrevistas sobre os mesmos fatos; e repressivo, garantindo a persecução penal de forma rápida e efetiva dos vitimizadores.

- **Gaeco denuncia 18 pessoas por esquema de falsificação de diplomas.**
[Clique aqui](#)
- **MPMT apresenta nova denúncia contra três homens por chacina em Colniza.** [Clique aqui](#)
- **MPE denuncia 19 pessoas acusadas de envolvimento na operação Rota final.** [Clique aqui](#)
- **Justiça recebe denúncia contra 10 pessoas por morte de aposentado.**
[Clique aqui](#)
- **Esposa, sogra e amante são denunciados por matar sargento da PM.**
[Clique aqui](#)





Atuação de Outros Ministérios Públicos

Ministério Público do Estado do Piauí

Acordo de não persecução penal celebrado em Picos resulta na doação de 24 mil reais para aquisição de cadeiras de rodas. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado de Alagoas

Ministério Público de Alagoas apresenta ao CNMP projetos de enfrentamento à corrupção e governança. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado do Amazonas

MPAM expede recomendação para regularizar uso do Guardião e LAB-LD na Segurança Pública do Amazonas. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado da Bahia

MPBA recomenda à Secretaria de Administração Penitenciária fiscalização de serviços de saúde nas unidades prisionais. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado do Ceará

MPCE debate escuta especializada de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência no município de Itapajé. [Clique aqui](#)





Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

MPDFT oferece curso sobre Justiça Restaurativa e Direitos das vítimas aberto ao público. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado do Espírito Santo

MPES denuncia núcleo de lavagem de dinheiro da organização denominada Primeiro Comando de Vitória. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado do Maranhão

ARARI - Acordo de não persecução penal resulta em doações para o Conselho Tutelar. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul

MPMS apresenta Projeto-piloto “Acolhida” no I Seminário Internacional realizado pelo MPRJ sobre direitos das vítimas. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado do Pará

MPPA debate Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo com a Funpapa. [Clique aqui](#)





Ministério Público do Estado do Paraná

MPPR e Polícia Militar discutem ações para redução de mortes em confronto.

[Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado de São Paulo

Acórdão valida medidas adotadas pelo Gedec em caso da "máfia dos fiscais".

[Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado de Roraima

MPRR ministra palestra para agentes da PRF sobre TCO. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Operação Império da Lei III Transfere sete líderes de organizações criminosas para penitenciárias federais. [Clique aqui](#)

Ministério Público do Estado de Pernambuco

MPPE acompanha mais uma etapa do plano de combate ao trabalho infantil executado pela Prefeitura. [Clique aqui](#)





Atuação dos Tribunais de Justiça

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso

Círculo Restaurativo do Juizado Criminal de Cuiabá põem fim a conflito de ameaça e injúria. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Projeto de enfrentamento à violência sexual na adolescência é viabilizado com transferência de recursos homologada pela Justiça. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Apenados utilizam sistema de reconhecimento facial para apresentação à VEPERA. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

TJRJ e CNJ assinam repactuação para melhoria dos sistemas prisionais e socioeducativos. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Judiciário e Executivo definem regras para o uso da tornozeleira eletrônica no Ceará. [Clique aqui](#)





Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

TJPE inaugura Central de Penas Alternativas na Comarca de Olinda. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Especialização sobre o Sistema Penal terá aula inaugural neste Sexta (13/08).
[Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina

CPMA quer construir ponte para a reinserção social dos egressos do sistema penal. [Clique aqui](#)

Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte

TRessocialização: projeto do TJRN e parceiros incentiva leitura e escrita em unidades carcerárias. [Clique aqui](#)





Informativos

STF

INFORMATIVO 1023



DIREITO PENAL

Estelionato e retroatividade da lei penal mais benéfica

A alteração promovida pela Lei 13.964/2019, que introduziu o § 5º ao art. 171 do Código Penal (CP) (1), ao condicionar o exercício da pretensão punitiva do Estado à representação da pessoa ofendida, deve ser aplicada de forma retroativa a abranger tanto as ações penais não iniciadas quanto as ações penais em curso até o trânsito em julgado.

- *HC 180421 AgR/SP, Relator Min. Edson Fachin*
- [Acesso o informativo completo clicando aqui](#)



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

STJ

INFORMATIVO 703



DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

Condenação Criminal

Condenações criminais transitadas em julgado, não consideradas para caracterizar a reincidência, somente podem ser valoradas, na primeira fase da dosimetria, a título de antecedentes criminais, não se admitindo sua utilização para desabonar a personalidade ou a conduta social do agente

- REsp 1.794.854-DF, Relatora Min. Laurita Vaz - (Tema 1077)
- [***Acesso o informativo completo clicando aqui***](#)

Retratação

A retratação da calúnia, feita antes da sentença, acarreta a extinção da punibilidade do agente independente de aceitação do ofendido

- EAREsp 650.536-RJ, Rel. Ministro. Raul Araújo - Corte Especial.
- [***Acesso o informativo completo clicando aqui***](#)



Artigos e Publicações do MPMT

703: Embaraçar investigação de infração penal que envolva organização criminosa é crime material

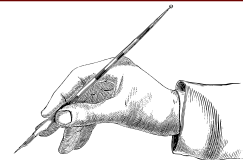
Autor: Rogério Sanches Cunha

O art. 2º § 1º, da Lei 12.850/13 pune, com as mesmas penas do caput, a obstrução da persecução penal de infração que envolva organização criminosa. Tutela-se a administração da Justiça (e não mais a paz pública, protegida no caput). Além disso, a tipificação da obstrução da justiça conta com mandado expresso de criminalização previsto no art. 25 da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, de que Brasil é signatário por força do Decreto n.º 5.687/2006).

A conduta punida consiste em impedir ou, de qualquer forma, embaraçar a investigação de infração penal que envolva organização criminosa. O propósito do legislador é assegurar o desempenho das atividades persecutórias livres de ingerências e expedientes fraudulentos. Anote-se que a infração só se caracteriza se o indivíduo agir fora dos limites constitucionais do princípio nemo tenetur se detegere, implicitamente acolhido no texto constitucional (art. 5.º, LXIII). Não pratica o crime, portanto, o investigado que se mantém em silêncio ou se recusa a produzir provas que o prejudiquem.

- [Leia o artigo completo clicando aqui](#)





Novo crime: Perseguição - art. 147-A do Código Penal

Autor: Rogério Greco

O crime de perseguição, conhecido internacionalmente como stalking, foi inserido no Código Penal (art. 147-A) através da Lei nº 14.132, de 31 de março de 2021. Não se cuida de um comportamento novo, mas sim de uma conduta que se perde no tempo, embora seu estudo tenha começado, com mais profundidade, na década de 1990, principalmente nos EUA.

- [Leia o artigo completo clicando aqui](#)

Dano emocional à mulher: novo crime do Código Penal

Autor: Fernando Capez

O debate acerca da saúde mental ganhou novos contornos após a desistência da ginasta norte-americana Simone Biles em participar das finais da ginástica artística na Olimpíadas Tóquio-2020.

Vencedora de várias medalhas de ouro na Olimpíada Rio-2016, a ginasta, considerada fenômeno de sua geração e grande favorita na sua categoria, surpreendeu o mundo após desistir para tratar de sua saúde psicológica. Diferentemente do que ocorria no passado, a sociedade contemporânea dispensa especial atenção à saúde mental dos indivíduos.

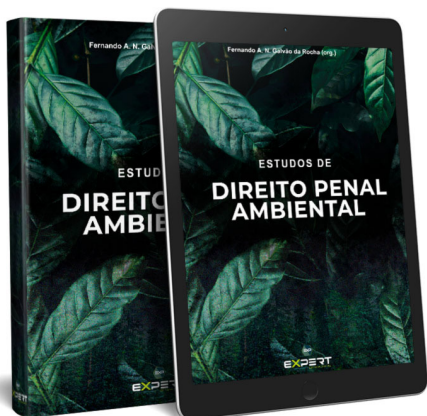
- [Leia o artigo completo clicando aqui](#)





Publicações do MPMT

ESTUDOS DE DIREITO PENAL AMBIENTAL



O presente livro é fruto das discussões realizadas no curso da disciplina Tutela penal do ambiente, do Programa de Pós-graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, que é vinculada à área de estudos sobre Direito Penal Contemporâneo. São examinados temas importantes para a operação do Direito Penal Ambiental. Espera-se que as reflexões desenvolvidas possam estimular o aprimoramento das medidas que visam a prevenção dos crimes ambientais.

Autores: Ciro Costa Chagas, Fernando A. N. Galvão da Rocha, Leo Maciel Junqueira Ribeiro, Beatriz Vasconcelos Coelho Melo, Mariana Barbosa Rosa, Danilo Emanuel Barreto de Oliveira, Luiz Augusto Pessoa Nogueira, Wesley Sanchez Lacerda, Paola Alcântara Lima Dumont e Jessica Vieira de Carvalho.

- [Tenha acesso ao livro clicando aqui](#)

DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS

Conscientes de que a realidade social é demasiadamente complexa, desigual, descontínua e marcada por períodos de avanços, mas também de retrocessos em questões humanitárias, morais e políticas, reconhece-se a necessidade de não permanecer estanques, passivos, conformados e acríticos perante um cenário negativo que precisa e requer atitudes e ações positivas na defesa dos Direitos Humanos e dos Direitos Fundamentais. O esforço conjunto de professores e discentes do programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Mato Grosso resultou em uma coletânea de capítulos que, apesar da diversidade e pluralidade dos temas trabalhados, são coerentes entre si, tendo como vertente comum a busca por novas percepções acerca de temas de Direitos Humanos e Direitos Fundamentais. Assim como os trabalhos desenvolvidos permitiram uma aproximação virtual, ainda que fisicamente distante, entre professores e alunos, espera-se que estes capítulos possam dialogar com todos os leitores que visitarem cada parte deste livro.

Autores: Antonio Sergio Cordeiro Piedade, Antônio Veloso Peleja Júnior, Bianca Botter Zanardi, Carla Reita Faria Leal, Carlos Eduardo Silva e Souza, Carlos Teodoro José Hungueney Irigaray, Felipe Rodolfo de Carvalho, Gabriela Boger Prado, Lucas Lelis Lopes, Marcelo Antonio Theodoro, Natália Nunes Lopes, Patryck de Araujo Ayala, Pedro Francisco da Silva, Saul Duarte Tibaldi, Valerio de Oliveira Mazzuoli, Welder Queiroz dos Santos e Wesley Henrique de Mello Aguiar.

- [Tenha acesso ao livro clicando aqui](#)





MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

